

MP quer mais fiscalização de postos

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os postos de combustível que funcionam sem alvará ou sem licença ambiental terão que se adequar à legislação. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recomendou ao Governo do Distrito Federal (GDF) que os órgãos de fiscalização atuem de forma mais rígida para coibir essas irregularidades. De acordo com o MP, dos 435 estabelecimentos da cidade, apenas 95 comprovaram ter a documentação completa em dia. Os postos que não cumprirem as exigências legais serão fechados pelos fiscais. Os empresários reclamam da lentidão no processo de licenciamento ambiental. O governo, por sua vez, alega que não tem número suficiente de funcionários para fiscalizar e licenciar todos os estabelecimentos.

O levantamento do Ministério Público começou a ser feito em março. Promotores de Defesa da Ordem Urbanística pediram ao governo e ao sindicato dos donos de postos de combustíveis informações sobre a situação das empresas. "Na Promotoria, já tínhamos várias representações contra postos. Por isso, solicitamos ao nosso setor de perícia um levantamento, para que pudéssemos agir de forma mais global", explica a promotora Marisa Isar.

Na segunda-feira, o MP enviou recomendações ao Instituto Brasília Ambiental (Ibram), à Agência de Fiscalização do DF (Agefis) e às 28 administrações regionais do Distrito Federal, para que o GDF faça um controle mais rígido dos serviços oferecidos pelos postos de combustíveis, fechando todos os estabelecimentos sem licença ambiental ou alvará de funcionamento. O Ministério Público deu 90 dias para que os técnicos do governo concluam as operações de fiscalização em todos os postos da cidade. Em no máximo 15 dias, o governo terá que enviar informações aos promotores sobre como será esse trabalho de fiscalização.

O procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, explicou que o controle dos postos é importante para garantir a segurança da população. "Os postos oferecem um perigo natural, já que têm material inflamável e são potencialmente poluidores. Sem controle, eles podem poluir o lençol freático", justifica Leonardo Bandarra. "Recomendamos que os postos sejam fechados, caso estejam sem licença de operação ou alvará de funcionamento, para que não coloquem a população em risco", acrescenta o procurador-geral de Justiça do DF.

Joedson Alves/Esp. CB / D.A. Press - 8/11/07



DONOS DE POSTOS RECLAMAM DA LENTIDÃO DO GOVERNO NA CONCESSÃO DE LICENÇAS E DE ALVARÁS. GDF DIZ QUE NÃO TEM FUNCIONÁRIOS SUFICIENTES

Hiram Vargas/Esp. CB/D.A. Press - 4/12/07



SOUTO MAIOR, DO IBRAM: DOIS VEÍCULOS E SEM EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS

Leonardo Bandarra, procurador-geral de Justiça do DF

Recomendações

As administrações regionais também receberam recomendações do Ministério Público para que, em nenhuma hipótese, concedam alvará de funcionamento a postos que não estejam com a licença de operação válida. A lei

OS POSTOS OFERECEM UM PERIGO NATURAL, JA QUE TÊM MATERIAL INFLAMÁVEL E SÃO POTENCIALMENTE POLUIDORES. SEM CONTROLE, ELES PODEM POLUIR O LENÇOL FREÁTICO

Leonardo Bandarra, procurador-geral de Justiça do DF

1.171/96 determina que nenhum estabelecimento comercial, industrial ou institucional pode funcionar sem alvará.

Se a recomendação não for respeitada, os agentes públicos poderão responder a processo penal e também a ações de im-

probidade administrativa, por não cumprirem a função pública para a qual foram designados. A punição também prevê suspensão dos direitos políticos por um prazo entre cinco e oito anos.

O diretor da Agência de Fiscalização do DF, Roney Nemer, disse que ainda não foi notificado oficialmente sobre a recomendação do Ministério Público. Mas ele garantiu que a fiscalização das atividades desenvolvidas pelos postos de gasolina já é feita rotineiramente. "Assim que recebermos a recomendação, vamos fazer uma reunião para decidir o que será feito. Mas sempre faremos as fiscalizações de rotina", disse Nemer.

Os empresários do setor de comércio de combustíveis garantem que não são culpados pelas irregularidades encontradas. O diretor operacional da rede de Gasol, Elson Cascão II, diz que os donos de postos têm muito interesse em ficar na legalidade, mas esbarram na morosidade do

IRREGULARIDADES

Existem no Distrito Federal

435
POSTOS DE
COMBUSTÍVEIS

Desses, apenas

95
comprovaram
a regularidade

340

terão que obter alvará
de funcionamento e/ou
licença de instalação

governo. "Os órgãos ambientais demoram um tempo enorme para analisar os pedidos de licenciamento. Muitos estabelecimentos estão com processos parados há anos", reclama Elson. "Isso é muito ruim para o setor, já que todos querem ficar dentro da lei. Mas qualquer coisa que solicitamos ao governo tem um trâmite muito lento", argumenta o empresário. A rede Gasol tem 90 postos na cidade. O sindicato dos donos de postos de combustíveis foi procurado, mas preferiu não comentar o levantamento do Ministério Público.

O diretor do Instituto Brasília Ambiental, Gustavo Souto Maior, reconhece o problema e explica que a dificuldade do governo é a falta de fiscais e de pessoal na área de licenciamento. "O Ibiam não tem condições de fazer todas as operações solicitadas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do DF porque temos apenas oito funcionários para fiscalizar todas obras e empreendimentos do Distrito Federal", explica Souto Maior. "Na área de licenciamento, são apenas 10 técnicos. Infelizmente, não temos como licenciar os postos e outras atividades com a rapidez que gostaríamos. O Ibiam até hoje está sem quadro de pessoal, temos apenas dois veículos e estamos trabalhando sem equipamentos próprios", justifica Souto Maior.

CULTURA

Teatro Oficina Perdiz terá sede na 710 Norte

IZABEL TOSCANO

DA EQUIPE DO CORREIO

O Teatro Oficina Perdiz — que durante o dia é uma oficina mecânica e à noite é palco para a arte — esteve ameaçado de fechar nos últimos seis anos, mas finalmente garantiu sua preservação. O espaço cultural inusitado, que fica na 708/709 Norte, faz parte da cena artística de Brasília há quase 20 anos, acolhendo atores locais, grandes peças teatrais e lançamentos culturais. Mas a oficina funciona há 39 anos em área pública e sem alvará. Por isso, e principalmente pela sua tradição, o Perdiz terá novo endereço até o fim do ano.

Na segunda-feira, o proprietário, José Perdiz, 74, se reuniu com o promotor Roberto Carlos Batista, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Prodema), e as duas construtoras que hoje edificam obras ao redor da oficina. Na ocasião, ficou determinado que a nova sede do espaço cultural

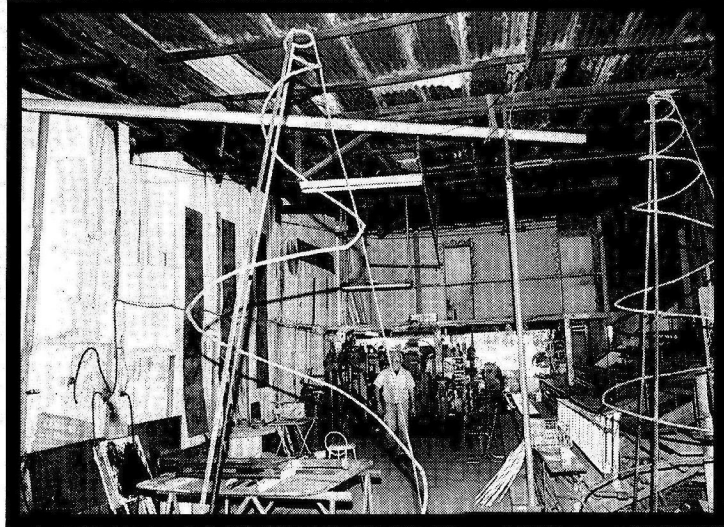
será construída na 710 Norte. O terreno e o prédio vão ser custeados pelas empresas.

Em maio do ano passado, após ameaças de derrubada, o Governo do Distrito Federal (GDF) reconheceu a importância cultural do teatro e prometeu encontrar uma solução. O impasse, além da irregularidade, incluía as obras realizadas ao redor da oficina. O prédio que está sendo erguido pela Ipê Omni precisa do espaço para marquises.

"Após audiências, a minha empresa e a Cecin Sarkis, que também constrói ali, chegaram a um consenso para comprar um terreno e arcar com a edificação do novo prédio para preservar aquele espaço tão importante para Brasília", afirmou o proprietário da Ipê Omni, Júlio César Peres.

O terreno custou às construtoras R\$ 200 mil. Em 15 dias, as empresas vão entregar a documentação definitiva à Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico (Depha), da Secretaria de Cultura do DF, responsável por

Fotos: Adatao Cruz/CB/D.A. Press



O TEATRO COMEÇOU A FUNCIONAR NA 708/709 NORTE EM 1989

elaborar, junto com José Perdiz, o projeto arquitetônico. A prioridade é que as características da Oficina-Teatro sejam mantidas. O custo ainda não foi estimado.

Setembro

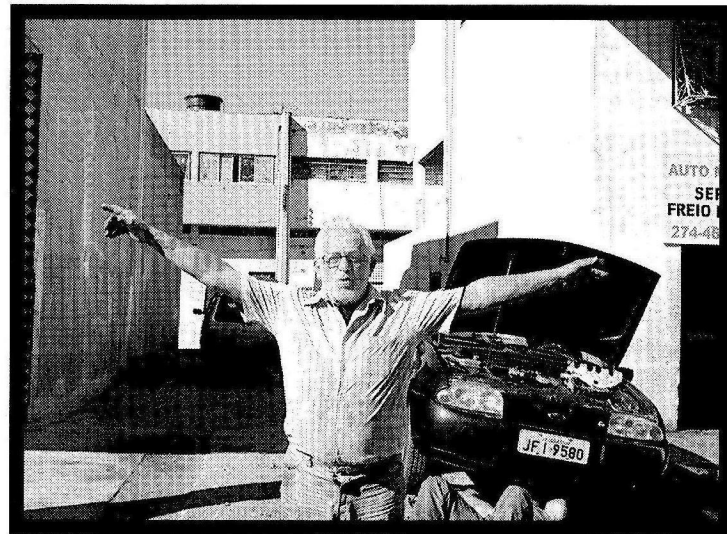
A previsão é que o projeto seja concluído em 60 dias e as obras comecem em setembro. Segundo a assessoria do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), a oficina deverá estar pronta em dezembro. A agenda de espetáculos e lançamentos culturais permanece inalterada no atual espaço até agosto.

O novo local terá praticamente

a mesma dimensão do de hoje. "O Perdiz tem 280 metros quadrados. O novo prédio terá 300 metros quadrados", explicou Peres. No entanto, se hoje o torneiro mecânico consegue atrair 120 pessoas para o palco da oficina, na nova sede o público cairá para 80.

Ainda assim, para o diretor teatral Marcos Pacheco a decisão de transferir o local foi uma vitória. "A situação de irregularidade era irreversível. O importante é que não perdemos o teatro", comentou Pacheco.

Perdiz se diz conformado. "A sensação é a mesma de quando



JOSÉ PERDIZ: UM TORNEIRO MECÂNICO QUE SE ENVOLVEU COM CULTURA

uma pessoa fica viúva. Não há o que fazer, apenas aceitar." Mas ele reconhece que poderá dar mais estrutura ao público cativo. "Vou melhorar as arquibancadas e fazer uma saída de emergência. O povo brasileiro, que gosta de teatro, merece", disse ele.

Também na reunião de segunda-feira, a Agência de Fiscalização do GDF se comprometeu a elaborar um cronograma de atividades para tratar de outros patrimônios que estão em áreas irregulares, mas não podem ser demolidos devido à sua importância para a cidade. A agência vai mapear os espaços e tentar, a

exemplo da Oficina Perdiz, encontrar soluções que preservem os locais, dentro da legalidade.

A oficina começou a funcionar como teatro em 1989, quando um ator amigo de Perdiz lhe pediu um espaço para ensaiar. No mesmo ano, foi apresentada a peça Esperando Godot, de Samuel Beckett. "Sou um torneiro mecânico que se envolveu com cultura. O teatro é a minha vida", disse. A história da Oficina Teatro também chegou às telas do cinema, por meio de um curta-metragem do cineasta brasileiro Marcelo Diaz, exibido em festivais no Brasil e na Europa.